

LEI Nº 1.888 DE 12 DE AGOSTO DE 2025

PUBLICADO EM:
12 / 08 / 2025

PÁCO MUNICIPAL

Parvalho
RESPONDE

“Autoriza a concessão de uso de bem imóvel do município para instalação de Indústria.”

RESPONDE O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a concessão de direito real de uso de bem imóvel pertencente ao patrimônio municipal, para instalação da empresa **MUNDIAL MADEIRAS S.A.**

§ 1º O imóvel a ser concedido consiste num terreno com área de 9.367,30 m², localizado no Parque Industrial “Wilson Alcântara da Cunha”.

§ 2º O imóvel está registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Andrelândia, matrícula nº. 7.809, fl. 068, livro 201.

§ 3º A concessão de uso será celebrada mediante contrato entre o Município e a empresa concessionária, e terá duração de até 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

Art. 2º O imóvel objeto da concessão de uso de que trata esta lei destina-se exclusivamente à implantação, pela empresa beneficiária, de um empreendimento para a atividade de serraria, somando-se esta área concedida a outra gleba outorgada a Serraria Jordão, pela Lei 1.626/2021.

Parágrafo único. O projeto de implantação da unidade produtiva da concessionária deverá ser previamente submetido à aprovação do Município, observadas as normas de segurança, urbanísticas e ambientais.

Art. 3º A concretização e a manutenção da concessão autorizada por esta Lei, fica condicionada ao cumprimento, pela concessionária, das seguintes condições e contrapartidas.

I - Construção de suas instalações e início efetivo do funcionamento da fábrica no prazo de até 3 (três) meses, a contar da data da publicação desta lei;

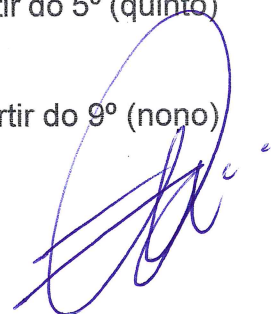
II – Constituição jurídica formal da empresa com sede no Município de Bom Jardim de Minas, seja sua matriz ou constituindo uma filial;

III - Obrigação de gerar e manter, no empreendimento a ser instalado no imóvel, pelo menos 30 (trinta) empregos diretos, durante todo o período de vigência da concessão, destinando a proporção mínima de 70% (setenta por cento) dos empregos ativos para trabalhadores nativos ou previamente residentes no município de Bom Jardim de Minas.

IV - Observância do projeto de implantação da unidade industrial previamente aprovado pelo Município, observando as normas urbanísticas e ambientais.

Parágrafo único. A obrigação de que trata o inciso III deverá ser cumprida e comprovada conforme o seguinte cronograma, contando-se os prazos a partir do início do funcionamento da unidade:

- a)** Manutenção de pelo menos 10 (dez) empregos ativos a partir do primeiro mês;
- b)** Manutenção de pelo menos 20 (vinte) empregos ativos a partir do 5º (quinto) mês;
- c)** Manutenção de pelo menos 30 (trinta) empregos ativos a partir do 9º (nono) mês.



Art. 4º Serão de responsabilidade integral e exclusiva da concessionária a preparação e adaptação do imóvel para seu funcionamento, bem como o pagamento das tarifas decorrentes de suas atividades, tais como o consumo de energia elétrica, água, telefone e outras, cujas faturas deverão ser emitidas em seu nome.

§ 1º A concessionária poderá realizar no imóvel as obras e melhorias necessárias ao cumprimento da finalidade desta concessão de uso, sempre mediante prévia anuência e licença urbanística do poder público municipal.

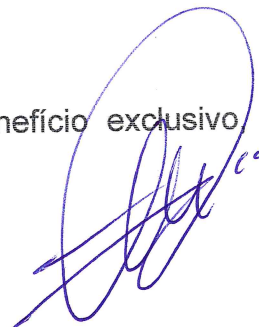
§ 2º Os investimentos realizados pela concessionária não serão indenizados pelo município, incorporando-se ao imóvel.

§ 3º Caberão à concessionária todos os ônus e encargos relativos à conservação e manutenção do imóvel.

§ 4º Os serviços necessários à abertura, realização de reparos e edificações de logradouros públicos, praças, bem como serviços de terraplanagem, poderão ser executados pelo Município no imóvel objeto da concessão, desde que tais serviços sejam destinados a atender, prioritariamente, o interesse público, mediante benefício coletivo, acesso público ou geração comprovada de desenvolvimento econômico e social para o município.

I - O Município poderá, para execução desses serviços, utilizar bens móveis, como veículos e equipamentos, e a mão de obra de servidores públicos, observadas as disponibilidades operacionais, orçamentárias e os critérios estabelecidos em regulamento próprio.

II - Fica vedado qualquer atendimento que configure benefício exclusivo pessoal ou sem contrapartida de interesse público.



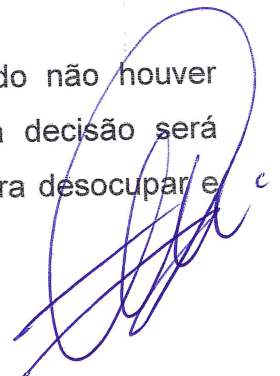
Art. 5º Caberá a concessionária a integral responsabilidade pela conservação e defesa da posse do imóvel concedido em face de terceiros, sendo-lhe vedado transferir, locar, arrendar ou ceder o imóvel para terceiros, a qualquer título.

Art. 6º A concessionária de uso será extinta antes do término de sua vigência, e o imóvel revertida à posse do Município, caso a concessionária incorra em qualquer das seguintes condutas:

- I - Descumprimento das condições e contrapartidas estabelecidas no art. 3º;
- II - Falência da concessionária;
- III - Encerramento das atividades para as quais é destinado o imóvel;
- IV - Mudança da atividade desenvolvida sem aprovação do Município;
- V - Paralisação ou suspensão das atividades produtivas por prazo superior a 90 (noventa) dias;
- VI - Transferência ou concessão do imóvel ou das instalações para terceiros, seja a título provisório ou definitivo (locação, arrendamento, venda, permuta etc.).

§ 1º Antes de declarar a extinção da concessão, o poder público notificará a concessionária para sanar a irregularidade ou manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias, sobre as razões que a tenham motivado. Apresentada a justificativa, será analisada e decidida no mesmo prazo, pelo Prefeito Municipal.

§ 2º Confirmada a extinção da concessão, inclusive quando não houver manifestação da concessionária no prazo assinalado no § 1º, a decisão será comunicada à mesma, fixando-se-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para desocupar e entregar o imóvel, observado o disposto no artigo 8º.



Art. 7º O Município poderá, a qualquer tempo, revogar a presente concessão por motivo de interesse público devidamente justificado, mediante notificação ao cessionário com antecedência de pelo menos 30 (trinta) dias, observando-se, no que couber, o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 6º.

Art. 8º No caso de extinção ou revogação da concessão, o imóvel reverterá ao patrimônio municipal no prazo de até 30 (trinta) dias, facultando-se à concessionária retirar as benfeitorias por ela implantadas e que possam ser removidas sem prejudicar o imóvel, e não lhe gerando direito algum de indenização ou ressarcimento quanto às demais, que serão incorporadas ao patrimônio público.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Bom Jardim de Minas, 12 de agosto de 2025.


José Francisco Matos e Silva
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM:
12 / 08 / 2025
PAG. MUNICIPAL
Pavão
RESPONSÁVEL